



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

# ANTICORRUPÇÃO

01 de Agosto de 2023 | Edição nrº 12 | Distribuição Gratuita | [www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org)

## Expulsão e despromoção de magistrados: Um despertar para o combate à corrupção no sector da justiça?

Por: Zanele Chilundo\*

Na semana passada, o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público (CSMMP) anunciou a expulsão de um magistrado e dois oficiais de justiça, perfazendo seis magistrados e oito oficiais de justiça expulsos nos últimos dois anos, segundo [dados compilados pelo CIP](#)<sup>1</sup>. Estes números podem revelar que casos de magistrados envolvidos em esquemas de corrupção e práticas ilícitas no exercício das suas funções têm sido cada vez mais comuns em Moçambique. Mas, também, pode indicar que o CSMMP mostra sinais de estar a punir a corrupção e as práticas ilícitas no seio da administração da justiça.

O último Informe do Procurador-Geral da República indica que, de 2020-2021, foram tramitados nove processos de corrupção e crimes conexos contra magistrados do Ministério Público<sup>2</sup>. Dos referidos processos, dois têm o despacho de acusação e foram remetidos ao tribunal; um aguarda pelos termos ulteriores após a realização da audiência de discussão e julgamento; e seis encontram-se na fase da instrução nos respectivos gabinetes provinciais de combate à corrupção.

Este artigo apresenta casos recentes de magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça envolvidos em casos de corrupção e crimes conexos, bem como daqueles que foram sancionados pela violação de deveres e princípios profissionais. Por fim, o artigo faz uma breve análise do efeito que o combate à corrupção na justiça tem no funcionamento do próprio sistema e na sociedade.

<sup>1</sup> Anexo I, o quadro de casos de expulsão de magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça (consulta feita na imprensa);

<sup>2</sup> PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA (2023). Informação Anual do PGR 2023. PGR, disponível em <https://www.pgr.gov.mz/por/Media/artigos-soltos/Informacao-Anual-do-PGR-20232> (acessado às 11h23 do dia 27 de Julho).

Em caso de dúvida contacte: [zanele.chilundo@cipmoz.org](mailto:zanele.chilundo@cipmoz.org)

## Magistrados e agentes da justiça usam das suas funções para obter benefícios indevidos

Na sessão plenária realizada entre os dias 19 e 21 de Julho, o CSMMP expulsou uma procuradora afectada à procuradoria Provincial da República-Maputo, acusada de ter favorecido a soltura de um arguido preso, indiciado no tráfico de drogas, bem como de ter determinado a prisão de um cidadão sem razões justificadas. Na mesma sessão, foram expulsos um oficial de justiça e um assistente de oficial de justiça, e despromovidos um procurador e um assistente de oficial de justiça, devido à violação de deveres e princípios profissionais no exercício das suas funções.<sup>3</sup>

Os dois magistrados e os três agentes da justiça sancionados pelo CSMMP têm em comum o facto de terem usado de forma indevida a sua posição, ou função, em benefício próprio. A magistrada expulsa possuía a categoria de procuradora da República de 2ª. Além das acusações acima descritas, pesa sobre ela a falta de comparência pontual às diligências, facto que prejudicou o controlo da legalidade das detenções e a observância dos respectivos prazos.

O oficial de justiça, com a categoria ajudante de escrivão de Direito, do quadro pessoal da Procuradoria Provincial da República-Zambézia, e o assistente de oficial de justiça com a categoria de oficial de diligências distrital, afecto ao quadro pessoal da Procuradoria Provincial da República-Gaza, foram expulsos pelo uso indevido das suas funções em benefício próprio e em prejuízo de terceiros, bem como por realizar cobranças ilícitas para facilitar a soltura de arguidos presos.

A sanção de despromoção foi aplicada ao magistrado com a categoria de procurador da República de 2ª, afecto à Procuradoria Provincial da República-Nampula, por descaminho de um processo com detidos em prisão preventiva; e, ao oficial de justiça com categoria de escriturária provincial, afecto à Procuradoria Provincial da República-Cabo Delgado, pela omissão de actos processuais obrigatórios.<sup>4</sup>

Estes casos revelam a forma como actuam alguns agentes da justiça, demonstrando falta de observância de princípios e deveres profissionais.

---

<sup>3</sup> IntegrityMagazine. (2023). Expulsos magistrado e oficiais de justiça por conduta indevida em Gaza, Maputo e Zambézia. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/14614> (acessado em 27 de Julho de 2023 as 10h05);

Carta de Moçambique (2023). Ministério Público expulsa e despromove magistrados por violação de deveres e princípios profissionais. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/14382-ministerio-publico-expulsa-e-despromove-magistrados-por-violacao-de-deveres-e-principios-profissionais> (acessado em 27 de Julho de 2023 as 12h30);

<sup>4</sup> Gabinete Central de Combate à Corrupção. (2023). Comunicado de imprensa N.º3/PGR/012.3/2023;

## Justiça dá sinais de estar a combater a corrupção no sector

Para combater a disseminação do crime de corrupção e proliferação de actos de violação de deveres profissionais no sector da justiça, em troca de favores monetários, o CSMMP tem demonstrado esforços de disciplina e reforço o controlo da legalidade no sector. A aplicação de sanções contra magistrados e oficiais de justiça, bem como a exposição dos casos, contribui para desencorajar a prática de crimes de corrupção na administração da justiça, salvaguardando, assim, a integridade no sector e o direito de acesso à justiça.

A expulsão e despromoção de magistrados concorre igualmente para restaurar a confiança dos cidadãos na administração da justiça, pois essas sanções lançam uma imagem de que o Ministério Público é implacável contra actos de corrupção, não só na administração pública, mas também no seu próprio sector.

Há cerca de um mês, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) informou a detenção de um juiz em flagrante delito por envolvimento em corrupção. E, nos últimos quatro anos, foram expulsos pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) cerca de sete juízes envolvidos em corrupção e crimes conexos. As expulsões foram deliberadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), no período de 2019 a 2023.<sup>5</sup>

Entretanto, parece que estas acções não são suficientes para reduzir o problema. Há necessidade da justiça mostrar-se mais contundente contra os desmandos praticados por magistrados e oficiais de justiça, punindo severamente os servidores da justiça que violam as normas e os deveres profissionais. Além da aplicação de penas administrativas contra magistrados e oficiais de justiça envolvidos em corrupção, os casos devem ser remetidos aos tribunais para o devido tratamento criminal e serem tornados públicos para restaurar a confiança do cidadão no sistema.

Alguns casos de corrupção e crimes conexos envolvendo magistrados são remetidos aos tribunais para que sejam sancionados criminalmente. Porém, pouco se sabe de magistrados que estejam cumprindo as penas previstas no artigo 423 do Código Penal<sup>6</sup>, pela prática de crimes, o que pode demonstrar corporativismo ou protecção por parte dos conselhos superiores de magistratura.

Os órgãos de administração da justiça, por serem soberanos e garantes da legalidade e justiça, não devem ser sancionados com leveza para que sejam o exemplo de integridade para a sociedade e para demonstrar que ninguém esta acima da lei. Cabe aos conselhos superiores de magistratura, dentro das suas competências de disciplina e garante da integridade do sector, remeter os processos dos acusados de corrupção e crimes conexos aos tribunais para que sejam aplicadas as sanções criminais cabíveis.

---

<sup>5</sup> CHILUNDO. Zanele. (2023). Corrupção no judiciário- detenção de juiz em flagrante delito a ponta do iceberg de um grande problema oculto. Disponível em: CIP: <https://www.cipmoz.org/pt/2023/07/19/corruptao-no-judiciario-detencao-de-juiz-em-flagrante-delito-e-ponta-de-iceberg-de-um-grande-problema-oculto/> (acessado em 27 de Julho de 2023 as 17h40);

<sup>6</sup> “os magistrados e os agentes de investigação criminal que por si ou interposta pessoa, solicitarem ou receberem ...para investigar ou deixarem de investigar, acusarem ou absterem-se de acusar, prenderem ou deixarem de prender... são punidos com uma pena de prisão de 1 a 8 anos”. (N.º1 Artigo 432 do C.P.)

É facto que a corrupção e as práticas ilícitas no sector enfraquecem a justiça. Para além de colocar em causa a integridade dos órgãos de administração da justiça e afectam os direitos fundamentais dos cidadãos, como seja o acesso à justiça e aos tribunais, e quebram a confiança da sociedade pela justiça.

Por isso, reforçar a disciplina e a fiscalização da legalidade na actividades dos magistrados e oficiais de justiça e punir com mais rigor os violadores de normas e princípios profissionais é crucial para combater a corrupção no sector, primando pela intolerância às praticas ilícitas. Pois esta classe tem o dever primário de garantir a justiça e o cumprimento das leis, sendo inconcebível o envolvimento destes em actos ilegais.

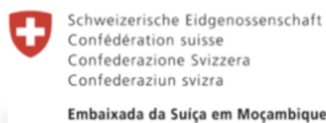
## Referências:

- Carta de Moçambique. (2023). Ministério Público expulsa e despromove magistrados por violação de deveres e princípios profissionais. Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/14382-ministerio-publico-expulsa-e-despromove-magistrados-por-violacao-de-deveres-e-principios-profissionais> (acessado em 27 de Julho de 2023 as 12h30);
- CHAVO, Afonso. (2022). Conselho Superior expulsa magistrados. Disponível em Jornal O país: <https://opais.co.mz/conselho-superior-expulsa-e-demite-magistrados/> (acessado em 26 de Julho de 2023 as 16h20);
- CHILUNDO. Zanele. (2023). Corrupção no judiciário- detenção de juiz em flagrante delito a ponta do iceberg de um grande problema oculto. Disponível em: CIP: <https://www.cipmoz.org/pt/2023/07/19/corruptao-no-judiciario-detencao-de-juiz-em-flagrante-delito-e-ponta-de-iceberg-de-um-grande-problema-oculto/> (acessado em 27 de Julho de 2023 as 17h40);
- DGEDGE, Rui. (2023). Expulsos um procurador da República e quatro oficiais de Justiça. Disponível em Jornal O País: <https://opais.co.mz/expulsos-um-procurador-da-republica-e-quatro-oficiais-de-justica/> (acessado a 26 de Julho de 2023 as 15h33);
- FIJAMO, Clemêncio. (2023). Procuradora da República em Maputo expulsa por facilitar soltura de um arguido. Disponível em Jornal O País: <https://opais.co.mz/procuradora-da-republica-em-maputo-expulsa-por-facilitar-soltura-de-um-arguido/> (acessado a 26 de Julho de 2023 as 15h34);
- Gabinete Central de Combate à Corrupção. (2023). Comunicado de imprensa N.º3/PGR/012.3/2023;
- IntegrityMagazine. (2023). Expulsos magistrado e oficiais de justiça por conduta indevida em Gaza, Maputo e Zambézia. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/14614> (acessado em 27 de Julho de 2023 as 10h05);
- O País. (2021). Ministério Público aplica sanção de expulsão a um magistrado. Disponível em: <https://opais.co.mz/ministerio-publico-aplica-sancao-de-expulsao-a-um-magistrado/> (acessado a 27 de Julho de 2023 as 11h05);
- O País. (2022). Expulsos um procurador da República e quatro oficiais de justiça. Disponível em: <https://opais.co.mz/expulsos-um-procurador-da-republica-e-quatro-oficiais-de-justica/> (acessado a 26 de Julho de 2023 as 16h05);
- Observador. (2022). PGR moçambicana expulsa magistrado por corrupção. Disponível em: <https://observador.pt/2022/12/17/pgr-mocambicana-expulsa-magistrado-por-corrupcao/> (acessado em 26 de Julho de 2023 as 17h05);
- Procuradoria-Geral da República. (2023). Informação Anual do PGR 2023. PGR, disponível em <https://www.pgr.gov.mz/por/Media/artigos-soltos/Informacao-Anual-do-PGR.20232> (acessado às 11h23 do dia 27 de Julho);
- Legislação
- Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro (Lei que aprova o Código Penal).



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

## Parceiros:



Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autora:** Zanele Chilundo

**Revisão de pares:** Edson Cortez, Baltazar Fael e Borges Nhamirre

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique